

Diap, 24/08/14

Reajustes salariais melhoraram em 2014, diz Dieese

As categorias profissionais com data-base no primeiro semestre conseguiram melhores reajustes salariais em comparação ao mesmo período do ano passado. Levantamento nacional feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revela que 93,2% das 340 categorias analisadas obtiveram aumentos de salários no período superiores à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O aumento médio, descontada a inflação, foi de 1,54%. No primeiro semestre do ano passado, os resultados tinham sido piores: 83,5% das 340 categorias profissionais analisadas conseguiram aumento médio real de 1,08%.

O resultado do primeiro semestre é o segundo melhor em número de categorias que conseguiram aumento real de salário desde o início da pesquisa iniciada em 2008, perdendo apenas para o primeiro semestre de 2012, quando 95,6% das categorias obtiveram aumento real. Quando se avalia o percentual médio de reajuste real dos salários, o resultado deste ano é o terceiro melhor da série, atrás de 2012 (2,15%) e de 2010 (1,57%).

"O enfraquecimento da economia, por conta do baixo crescimento do PIB projetado abaixo de 1%, não teve impactos nos reajustes", afirma o coordenador de atendimento sindical do Dieese, Airton Santos.

Desemprego

Dois fatores, diz Santos, levaram a esse resultado favorável, apesar do cenário econômico desfavorável. O primeiro fator é que o nível de desemprego está baixo. "Não existe um quadro de desemprego desenhado e definido: o fluxo de geração de postos de trabalho do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) é menor, mas continua positivo."

Além disso, Santos ressalta que a expectativa de explosão da inflação não se concretizou. "Com a inflação menor, fica mais fácil negociar reajuste real de salário maior", diz. Em julho, a inflação medida pelo índice oficial, o IPCA, foi de 0,01%. Mas em 12 meses até julho, a alta acumulada é de 6,53%, acima do teto da meta estabelecida pelo governo, que é 6,5%.

Perspectivas

Metalúrgicos, bancários e comerciários são exemplos de categorias fortes que têm data-base no segundo semestre. Na opinião do coordenador do Dieese, a perspectiva é que não haja um retrocesso nas negociações salariais nos próximos meses. "Quando o primeiro semestre é favorável para as negociações salariais, a tendência é que se mantenha no segundo semestre", diz.

Outro ponto a favor, segundo Santos, para que esse nível de reajuste seja mantido é que normalmente o ritmo da atividade econômica se acelera a partir da segunda metade do ano. Ele também lembra que a perspectiva é que a inflação desacelere nos próximos meses, fechando o ano abaixo de 6,5%. "A relação entre o baixo crescimento da economia e seus efeitos sobre o mercado de trabalho deve se cristalizar mais para a frente", prevê.

Setores

O comércio foi o setor com melhor desempenho nos reajustes salariais no primeiro semestre: 95,7% das negociações tiveram reajuste real médio de 1,57%.

Na sequência veio a indústria, com aumento médio real de salários de 1,55% para 92,9% das negociações fechadas. Por último está o setor de serviços, com os trabalhadores obtendo aumento real de 1,5% em 92,8% dos acordos. (Fonte: *Estadão*)

Diap, 24/08/14

Sistema Único do Trabalho (SUT) gera polêmica no movimento sindical

Com base em minuta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), enviada às centrais sindicais, Zilmara Alencar, membro do corpo técnico do DIAP, elaborou parecer em que avalia os impactos do Sistema Único do Trabalho (SUT), e os impactos na atual estrutura sindical.

A proposta enviada às centrais tem como objetivo uma avaliação prévia das entidades. Após análise e possíveis sugestões, a proposta será encaminhada à Casa Civil da Presidência da República para que possa ser enviada, no formato de projeto de lei, ao Congresso Nacional. De acordo com o parecer da consultora jurídica Zilmara Alencar, "há que se promover reparos de cunho meritório nos dispositivos apresentados". Um dos pontos colocado pela consultoria trata do contexto em que foi editado o artigo 7º da minuta.

De acordo com o parecer, a minuta estabelece como ação e serviço essencial do SUT a intermediação de mão de obra. "Sabe-se que a intermediação de mão de obra é vedada das relações de trabalho brasileiras, à exceção da hipótese do contrato de trabalho temporário", aponta.

Câmara dos Deputados

Vale destacar que a Câmara dos Deputados já analisa o PL 6.573/13, do deputado Zé Silva (SD-MG), que cria um sistema descentralizado de iniciativas públicas pela geração de vagas no setor produtivo, qualificação dos trabalhadores e formalização dos empregos.

O projeto, em tramitação na Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público, recebeu parecer contrário pelo relator, deputado Laércio Oliveira (SD-SE). A matéria que tramita em caráter conclusivo, ou seja, não necessita a aprovação do plenário da Casa, passará ainda pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Monitor Mercantil, 24/08/14

Bancos já eliminaram 3.600 empregos este ano

Nos primeiros sete meses de 2014, as instituições bancárias já cortaram 3.600 empregos. Enquanto os bancos privados e o Banco do Brasil eliminaram postos de trabalho, a Caixa Econômica Federal abriu 1.595 novas vagas no mesmo período.

Os dados são da Pesquisa de Emprego Bancário (PEB), divulgada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que faz o estudo em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base nos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho.

De acordo com o levantamento, além do corte de vagas, a rotatividade continuou alta no período. Os bancos contrataram 20.075 funcionários e desligaram 23.675.

No total, 17 estados apresentaram saldo negativo de emprego nos primeiros sete meses do ano. As maiores reduções ocorreram em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, com 1.524, 621, 480 e 463 cortes, respectivamente.

O estado com maior saldo positivo foi o Pará, com a geração de 208 vagas. A pesquisa mostra também que o salário médio dos admitidos pelos bancos nos primeiros sete meses do ano era R\$ 3.303,55, contra o salário médio de R\$ 5.216,86 dos desligados.

Portal da CUT

Contag denuncia onda de crimes no campo em Mato Grosso relacionados a conflitos agrários e ambientais

22/08/2014

Entidade exige providências imediatas para apurar os fatos e punir os responsáveis pelos assassinatos, atentados e ameaças aos trabalhadores rurais

Escrito por: Contag

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag denuncia uma onda de crimes no campo em Mato Grosso, relacionados a conflitos agrários e ambientais e exige providências imediatas para apurar os fatos e punir os responsáveis pelos assassinatos, atentados e ameaças aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de ações estruturais e efetivas para barrar a onda de violência praticada pelo latifúndio e seus aliados, que vêm vitimando as lideranças que lutam pelo direito à terra e à natureza naquele estado.

Destacamos que os assassinatos sucessivos, a continuidade das ameaças e o registro de atentados aos trabalhadores e trabalhadoras rurais revelam a ação intencional, articulada e cruel dos fazendeiros, grileiros de terras públicas, madeireiros e seus aliados para eliminar qualquer foco de resistência às suas investidas sobre as terras do Mato Grosso. Ressalta-se o acirramento dos conflitos logo após a realização de uma reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência, no dia 5 de agosto em Cuiabá, onde as vítimas apresentaram suas denúncias, demonstrando o descaso e o desrespeito dos agressores em relação às instituições.

Essa fragilidade do Estado atinge profundamente os trabalhadores e trabalhadoras rurais, especialmente as lideranças, quando não consegue solucionar os problemas agindo sobre suas causas e nem proteger as vidas daqueles que denunciam as violências e buscam providências para o atendimento das demandas.

Portanto, exigimos providências para o fortalecimento e efetividade da ação do Estado para conter a violência, preservar a vida das pessoas, punir exemplarmente os responsáveis pelos crimes e para solucionar, definitivamente, os problemas relativos à obtenção e regularização fundiária e ambiental das áreas demandadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Um dos fatores que deixa a Contag, as Federações e Sindicatos preocupados é a manutenção e agravamento desse cenário de violência no campo, conforme apontam os dados do Centro de Documentação da CPT Dom Tomás Balduino, divulgados nesta semana. Em 2014, já foram registrados 23 assassinatos em conflitos no campo, sendo que mais três estão sob averiguação. Além dessas mortes, acontecidas nos últimos dias, o Centro de Documentação registrou um sangrento mês de julho, com sete assassinatos em 20 dias, em quatro estados da federação. O ano de 2014 já apresenta-se como mais violento que o ano anterior. De janeiro a 18 de agosto, se

contabilizam 23 assassinatos em conflitos no campo, havendo ainda três casos em averiguação. No mesmo período de 2013, o número de assassinatos registrado era de 21.

Abaixo, relatamos os crimes ocorridos contra trabalhadores e trabalhadoras rurais ligados ao Sistema Contag nos últimos 10 dias.

Município de União do Sul – Assassinatos, atentado e ameaças:

a) Assassinato de Maria Lucia do Nascimento: no último dia 13 de agosto, Maria Lucia foi assassinada com três tiros fatais, no município de União do Sul. Maria Lúcia era assentada na Gleba Macaco, no Assentamento Nova Conquista 2, área reconhecida legalmente como terra pública da União, onde coordenava a luta pela regularização do Assentamento que conta com 25 famílias de trabalhadores(as) rurais. Também foi presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, onde atuou na defesa intransigentemente dos direitos da categoria.

b) Atentado ao trabalhador Cleirton Alves: No dia 17 de agosto, Cleirton Alves Braga, que é ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União do Sul e também assentado na Gleba Macaco, no Projeto de Assentamento Nova Conquista 2, quanto voltava para casa, no assentamento, foi seguido por dois carros cheios de pessoas desconhecidas. Para fugir dos perseguidores, correu pelo mato e se escondeu próximo de sua casa, a tempo de ver que ali chegavam e passavam com a camionete sobre a cadela da família e dando tiros para o alto.

c) Ameaças: Enquanto estava escondido, Cleirton ouviu uma conversa entre os perseguidores, dizendo que a prioridade das mortes seria a do próprio Cleirton, além de sua irmã, Claudineia, que é assentada e de Zilma Porfírio, assentada, também ex-presidente do sindicato e atualmente diretora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso.

Município de Colniza – Assassinatos:

a) Josias Paulino de Castro e Ireni da Silva Castro: No dia 16 de agosto, no distrito de Guariba, município de Colniza, foram barbaramente assassinados o casal José Paulino e Ireni. Os corpos foram encontrados crivados de tiros de arma de fogo calibre 9mm, que é de uso restrito. Josias era presidente da Associação "Asprunu"– Projeto Filinto Müller e lutava pela legalização das terras, denunciando as emissões irregulares de títulos definitivos da área em nome de fazendeiros e empresários e a extração ilegal de madeiras. Estas denúncias envolviam também políticos, servidores do Estado e a polícia que, segundo Josias, estariam envolvidos ou coniventes com as ações de grilagem de terras públicas do estado e em crimes ambientais nas mesmas áreas. A última denúncia se deu no dia 5 de agosto, durante uma reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, realizada em Cuiabá com a presença do Ouvidor Agrário Nacional, Gercino José da Silva, dentre outros agentes públicos. Nesta reunião, Josias afirmou a existência de pistoleiros na região e afirmou, ainda, que nunca foram tomadas providências para solução definitiva dos casos: "Estamos morrendo, somos ameaçados, o Governo do Mato Grosso é conivente, a PM de Guariba protege eles, o Governo Federal é omissivo, será que eu vou ter que ser assassinado para que vocês acreditem e tomem providências".

Diante dos fatos acima e da crescente violência que atinge o campo mato-grossense, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, solicita providências imediatas e efetivas para a solução dos problemas, como:

1- Realização de reunião entre os diversos órgãos envolvidos com a questão, para buscar solução definitiva para os problemas. Neste sentido, sugerimos que a reunião seja articulada pela Ouvidoria Agrária Nacional e conte com a participação do MDA, Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério do Meio Ambiente, Governo do Estado do Mato Grosso, (especialmente o Intermat e a Secretaria de Segurança Pública) e Ministério Público Federal e Estadual, juntamente com a CONTAG, FETAGRI-MT e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios onde estão localizados os conflitos.

2- Realizar os inquéritos com rapidez e qualidade, para identificar todos os culpados, sejam eles mandantes ou executores, inclusive designando Delegados Especiais se for o caso, assegurando a conclusão dos processos com a efetiva e ágil punição dos culpados.

3- Providenciar a imediata proteção à vida das lideranças sindicais e dos trabalhadores e trabalhadoras ameaçados por se manterem na luta pelo direito às terras.

4- Ampliar, agilizar e dar qualidade às ações de reforma agrária na região, desapropriando e regularizando as terras públicas, disponibilizando todas as condições necessárias, inclusive orçamento e pessoal suficiente.

5- Em caráter de urgência, liberar imediatamente os recursos orçamentários e financeiros suficientes para concluir o processo de georreferenciamento e regularização das glebas envolvidas nos conflitos em questão.

22 de agosto de 2014 - *Da Página do MST*

O governo chinês decidiu no último domingo (17) não renovar a permissão para desenvolver arroz e milho transgênicos dentro do país.

A produção dessas culturas no país começou em 2009, com a promessa de que os transgênicos diminuiriam o uso de agrotóxicos na agricultura chinesa em cerca de 80%, além de aumentar a produtividade.

Mas a permissão era apenas para pesquisa. A comercialização dos transgênicos estava proibida até se confirmar que as culturas não apresentariam malefícios à saúde.

Em julho deste ano, no entanto, foi encontrado sacos de arroz transgênicos sendo comercializados no mercado chinês.

De acordo com Huang Jikun, cientista chefe da Academia Chinesa de Ciências, "a pressão da população, preocupada com a segurança alimentar, foi um dos elementos para essa decisão ser tomada".

Além disso, a China está alcançando o patamar de auto-suficiência na produção do arroz, não precisando assim desenvolver os transgênicos para garantir a alimentação de sua população.

"Exportamos pouco arroz porque a maioria do que é produzido é consumido no nosso território", afirma o cientista.

Pelo Mundo

Outros países também têm proibido o consumo e produção de organismos transgênicos, alegando que a tecnologia não é segura.

Um destes é a Rússia, que desde abril deste ano banuiu os transgênicos de seu território, impondo uma moratória de 10 anos.

De acordo com o primeiro-ministro Dmitriy Medvedev, "se os americanos gostam de comer produtos OGM (transgênicos), que os comam. Nós não precisamos fazer isso; temos espaço suficiente e oportunidades para a produção de alimentos orgânicos".

De acordo com Irina Ermakova, vice presidente da Associação Nacional da Rússia para a Segurança Genética, "tem sido provado não só na Rússia, mas em muitos outros países do mundo, que os transgênicos são perigosos. O consumo e produção dessa cultura podem gerar tumores, câncer e obesidade entre os animais. Biotecnologias certamente devem ser desenvolvidas, mas os OGM devem ser interrompidos", alertou.

México

Na América Latina, um tribunal do estado de Yucatán (México) recentemente revogou permissão outorgado à Monsanto, pela Secretaria de Agricultura, Pesca e Pecuária e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais em junho de 2012, que permitia o plantio comercial de soja com o agrotóxico Roundup.

A utilização do veneno e dos transgênicos da empresa prejudicava agricultores e apicultores da área: O México é o sexto maior produtor e o terceiro maior exportador mundial de mel. Cerca de 25.000 famílias de Yucatán, região que produz ao redor de 40% do mel do país, depende de sua produção.

As evidências científicas sobre as ameaças que representam os cultivos de soja transgênica para a produção de mel na península de Yucatán – inclusive nos estados de Campeche, Quintana Roo e Yucatán– convenceram o poder judiciário sobre a necessidade da retirada da permissão.

A sentença determinou que não é possível a coexistência da produção de mel e soja com o uso de organismos geneticamente modificados (OGM), segundo publicou o jornal 'The Guardian'.

Organizado por Ernesto Germano